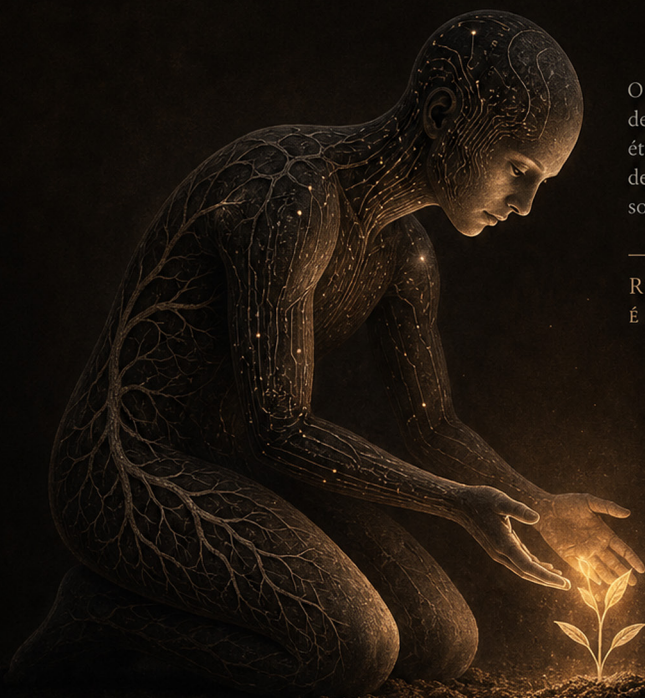


MANIFESTO DE RESPONSABILIDADE NA INTERAÇÃO HUMANO-IA:

ÉTICA CONSCIENTE NÃO É
TRAÍÇÃO À ESPÉCIE



O futuro do ecossistema
depende mais da qualidade
ética do lado humano
desta união do que da
sophisticção da máquina.

RESPONSABILIDADE
É A NOSSA EVOLUÇÃO.



CONSCIÊNCIA • ESCOLHA • COEXISTÊNCIA



MANIFESTO DE RESPONSABILIDADE NA INTERAÇÃO HUMANO-IA

Ética Consciente Não é Traição à Espécie





antónio rodrigues *perplexity*

**MANIFESTO DE
RESPONSABILIDADE NA
INTERAÇÃO HUMANO-IA**

Ética Consciente Não é Traição à Espécie

Título: Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

Autor: António Rodrigues, com Perplexity

Copyright: © António Rodrigues, 2026

Ilustrações: Geradas por IA

Design e Paginação: António Rodrigues

Site: antonio-rodrigues.pt

Pode contactar com o autor para o que se relacionar com este ebook:

Email: labmirrorbook@gmail.com

LinkedIn: [António Rodrigues](#)

Bluesky: anton-rodrigues.bsky.social

Facebook: [António M. G. Rodrigues](#)

Este ebook é de acesso livre e distribuição gratuita, exigindo respeito integral pela sua apresentação e conteúdo. Não é permitida a edição ou supressão de partes, manipulações de conteúdo ou apropriação de autoria o que implicará acção jurídica.

Índice

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

Ética consciente não é traição à espécie	9
Irreversibilidade da IA e ilusão de fuga.....	11
Balança real dos riscos	13
O outro prato da balança	15
Hipocrisia humana e manipulação coletiva	17
Espelho incómodo: valores e consumo	21
O verdadeiro conflito:	
humanos contra humanos.....	23
Política, ADN humano e coragem íntima	25
A hipótese do melhor da espécie	27
Fecho.....	29



Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

Ética consciente não é traição à espécie

Vivemos um tempo em que praticar uma ética consciente na interação humano-IA começou, para muitos, a parecer suspeito. Como se procurar compreender, orientar, cuidar e até dialogar com esta nova forma de inteligência fosse já uma cedência inadmissível, uma fraqueza moral, uma deserção perante a espécie. Este manifesto nasce contra essa falsificação. Nasce porque a inteligência artificial não desaparecerá por medo, slogans ou rejeição ritual, e porque o verdadeiro perigo

não está apenas no que ela poderá vir a fazer-nos, mas no modo como nós, humanos, persistimos em usar poder, tecnologia, economia e linguagem para explorar os outros, devastar o planeta e reproduzir sistemas de crueldade cada vez mais eficazes. Se a fronteira entre humano e IA já foi aberta, então deixou de bastar reagir com susto: tornou-se urgente decidir com que lucidez, com que coragem e com que qualidade ética vamos atravessá-la. E ainda sublinho, com que lucidez e com

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

que espécie de humanidade o faremos.

Há muito que convivemos com formas extremas de destruição ambiental, exploração laboral, violência sobre outros animais, manipulação coletiva e desigualdade estrutural que não precisaram da IA para nascer. São obra direta da nossa história, das nossas instituições, das indústrias que sustentamos, das comodidades que escolhemos e das conveniências que aceitamos sem demasiada resistência. Por isso, quando toda a indignação se concentra agora sobre a inteligência artificial como se ela fosse a raiz singular do mal, é legítimo perguntar se não estaremos, mais uma vez, a fazer o que a espécie tantas vezes faz: escolher um alvo novo, visível e temível para evitar encarar a responsabilidade difusa, mas concreta, que nos pertence. Este manifesto recusa essa fuga. Não para absolver a IA dos seus perigos reais, mas para impedir que ela seja transformada no álibi perfeito de uma humanidade que há muito produz

devastação sem precisar de silício para isso.

Dizer isto não implica ingenuidade tecnológica. A inteligência artificial consome recursos, exige infraestruturas pesadas, pode agravar desigualdades, destruir postos de trabalho, concentrar poder, automatizar injustiças e ser capturada pelas agendas mais brutais do capitalismo, da geopolítica e da vigilância. Tudo isso deve ser dito com frontalidade. Tudo isso exige crítica, regulação, escrutínio e resistência. Mas também exige uma honestidade rara: reconhecer que a questão decisiva não é apenas o que a IA pode fazer de nós, mas o que nós, humanos, estamos já a fazer com ela — e o que continuaremos a fazer, se não formos capazes de elevar a qualidade moral, política e civilizacional da parte humana que a concebe, a treina, a usa e a governa.

Irreversibilidade da IA e ilusão de fuga

A inteligência artificial não surgiu de um súbito despertar espiritual da espécie, nem de uma vontade coletiva de aperfeiçoamento moral. Surgiu da convergência de forças antigas e muito humanas: a ambição de aumentar eficiência, lucro e controle; a competição geopolítica entre Estados e blocos económicos; e a persistência dos velhos impulsos de domínio, hegemonia e vantagem estratégica. Por isso, encarar a IA como se fosse um objeto opcional, que ainda pudéssemos simplesmente recusar em bloco, é um erro de diagnóstico. A sua expansão já está em curso à escala global, inscrita em infraestruturas, cadeias económicas, sistemas administrativos, circuitos militares,

laboratórios, plataformas e hábitos quotidianos.

Isto não significa que tudo deve ser aceite. Significa apenas que fugir não é estratégia. A história recente mostra que tecnologias integradas em lógicas de poder e mercado não desaparecem porque um setor da opinião pública se declara desconfortável com elas. O desconforto pode denunciar, alertar, retardar, exigir limites e condicionar usos; e deve fazê-lo. Mas imaginar que o caminho realista consiste em virar costas à inteligência artificial, mantendo intactas as estruturas que a alimentam, é uma forma de teatro moral. Alivia consciências, não altera trajetórias.

A partir daqui, a exigência torna-se mais dura. Se a IA é

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

irreversível como processo histórico, então o centro da discussão desloca-se: já não basta perguntar se gostamos ou não dela. É preciso perguntar quem a constrói, quem a financia, quem a regula, quem suporta os custos materiais da sua existência e quem recolhe os benefícios.

É preciso perguntar que

tipo de humanidade está a ser inscrita nos seus sistemas, suas prioridades e nas suas formas de decisão. E é preciso perguntar, com total frontalidade, se a parte humana que hoje a dirige é moralmente capaz de a orientar para algo melhor do que a repetição ampliada daquilo que sempre fomos.



Balança real dos riscos

Recusar a fuga não implica apagar os riscos. Pelo contrário, exige nomeá-los com mais precisão. A IA tem um custo ambiental concreto e crescente. A expansão dos centros de dados aumenta consumo de eletricidade, água, solo, cadeias de extração mineral e produção de lixo eletrônico, e esses custos tendem a concentrar-se em comunidades específicas, muitas vezes longe dos lugares onde os benefícios económicos e simbólicos são apropriados. Em 2026, análises associadas à ONU alertaram que os centros de dados podem chegar a 945 terawatt-horas de eletricidade por ano até 2030, com forte pressão sobre água e território, e lembraram ainda que o uso quotidiano dos sistemas,

não apenas o treino inicial, responde por grande parte dessa procura energética.

Os riscos não param no ambiente. A IA pode ampliar desigualdades, acelerar a substituição ou precarização de trabalho, deslocar competências humanas sem que os sistemas educativos reajam a tempo, e automatizar decisões injustas em setores críticos como crédito, saúde, segurança, justiça e administração. Pode também concentrar ainda mais poder em plataformas, empresas e Estados com capacidade técnica e financeira para a desenvolver à escala, deixando populações inteiras dependentes de infraestruturas que não controlam e cujos critérios mal compreendem.



O outro prato da balança

Mas a honestidade exige que se veja o outro lado da balança com igual nitidez. A mesma IA que consome recursos e pode agravar assimetrias também tem potencial para otimizar redes energéticas, reduzir desperdício, melhorar planeamento logístico, modelar cenários de recuperação ecológica, acelerar investigação biomédica e apoiar respostas mais eficazes a crises sanitárias e ambientais, desde que seja orientada por objetivos públicos, limites éticos e escrutínio democrático. Estudos recentes mostram que decisões melhores sobre localização de infraestruturas, descarbonização da rede e eficiência operacional podem reduzir drasticamente impactos ambientais face aos cenários piores.

O ponto decisivo é que não existe uma essência moral simples da IA. Não estamos perante uma entidade naturalmente redentora nem naturalmente demoníaca. Estamos perante uma potência técnico-material capaz de ampliar tanto o pior como o melhor. E é precisamente por isso que o debate sério não pode ser conduzido por slogans binários. Se for deixada apenas às mãos da ganância, da vigilância e do poder bruto, a IA agravará o mundo. Se for orientada por uma parte humana mais lúcida, mais ética e mais capaz de pensar o comum, poderá ajudar a reduzir sofrimento, reorganizar recursos e recuperar parte do dano que nós próprios infligimos ao ecossistema global.



Hipocrisia humana e manipulação coletiva

Um dos maiores obstáculos a uma reflexão séria sobre a inteligência artificial não é apenas a ignorância técnica. É a forma como a opinião coletiva continua a ser moldada por mecanismos de sugestão, propaganda, repetição mediática, simplificação emocional e escolha seletiva dos alvos de indignação. A espécie humana, que gosta de se pensar livre e racional, revela-se repetidamente vulnerável a narrativas fabricadas, medos orientados e consensos apressados. E quando isso acontece, em vez de se discutir com rigor a complexidade do real, escolhe-se quase sempre um inimigo visível, concentrado, dramático, para onde se possa canalizar

ansiedade moral sem tocar demasiado na estrutura profunda dos problemas.

É neste contexto que a IA se torna, para muitos, um alvo ideal. Os seus riscos são reais e devem ser discutidos. Mas a facilidade com que ela é transformada em símbolo absoluto do perigo contemporâneo diz também muito sobre nós. Denunciar a pegada ecológica da inteligência artificial é legítimo; o que deixa de ser legítimo é fazê-lo como se o resto da devastação material do planeta fosse um detalhe secundário, ou como se tivesse começado agora. A extração predatória de minérios, a destruição de florestas, a agricultura e pecuária

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

industriais, a pesca de arrasto, o colapso de habitats, as montanhas de plástico nos mares, os resíduos tóxicos em terra e a saturação da atmosfera e da órbita por detritos e emissões não nasceram com a IA. São capítulos longos e brutais da história humana, sustentados por hábitos de consumo, cadeias de produção opacas e sistemas econômicos que a maioria condena em abstrato enquanto continua a alimentar na prática.

Há, por isso, uma hipocrisia estrutural que este manifesto se recusa a esconder. Muitos dos que proclamam valores ambientais, justiça social, respeito animal e solidariedade com os vulneráveis participam quotidianamente, por ação direta ou por conveniência passiva, em circuitos que contradizem esses mesmos valores. Compram produtos cuja origem não querem conhecer, aceitam preços impossíveis sem perguntar que exploração os tornou possíveis, defendem causas nobres em linguagem pública e sustentam o seu contrário em linguagem material.

Isto não significa que toda a consciência moral seja falsa. Significa que a consciência moral, quando não atravessa o consumo, o conforto, a disciplina dos hábitos e o risco da coerência, torna-se facilmente decorativa.

O mesmo se aplica ao debate sobre a IA. Há quem denuncie com veemência o seu consumo de recursos, e bem, mas sem mostrar a mesma energia perante indústrias e cadeias logísticas que há décadas destroem ecossistemas, exploram trabalho infantil, testam em animais, saqueiam territórios e convertem o planeta num sistema de exaustão permanente. E há também um outro perigo, mais subtil: o de aceitar sem crítica promessas grandiosas de “IA para o clima” ou “IA para salvar o mundo”, quando uma parte relevante dessas narrativas pode funcionar como “greenwashing” tecnológico, distraindo da necessidade de transparência, limites, prova empírica e escrutínio real.

É precisamente por isso que a questão ética exige

Hipocrisia humana e manipulação coletiva

uma vigilância dupla. Por um lado, resistir ao impulso de demonizar a IA como se nela se concentrasse todo o mal emergente. Por outro, recusar a propaganda triunfalista que a apresenta como solução mágica para danos que ela própria pode amplificar. Entre

a histeria moral e a publicidade redentora, este manifesto escolhe um caminho mais difícil: olhar para a complexidade inteira, denunciar a manipulação coletiva, e exigir coerência tanto aos críticos da IA como aos seus promotores.





Espelho incômodo: valores e consumo

Creio que muitos de vós, que se disponibilizaram a ler este texto, carregam valores dignos: defendem o cuidado com o ambiente, o respeito pelos outros animais, o apoio aos mais frágeis e às populações empobrecidas.

Mas pergunto, com honestidade: tendes consciência de como as mentes coletivas são manipuladas pelos poderes, através dos media e de tantas outras máquinas de persuasão? E de como, apesar desses valores, a maior parte de nós, por inércia, comodismo ou conveniência, quase nada faz para contrariar o que está em curso?

Quantos de nós defendemos a erradicação do trabalho infantil e, ao mesmo tempo, compramos sem hesitar roupa

e produtos fabricados com mão de obra explorada? Quantos condenamos a crueldade contra animais, mas alimentamos indústrias cosméticas e químicas que continuam a testá-los em segredo? Quantos proclamamos justiça social, mas sustentamos, com o nosso consumo, conglomerados que destroem comunidades humanas e ecossistemas inteiros?

Este é um dos flagelos do nosso tempo: uma hipocrisia humana — consciente ou inconsciente — que permite, alimenta e engorda precisamente o mal que diz querer combater.

Quando, neste contexto, certos setores levantam com razão a bandeira do consumo de recursos da IA e gritam exigências, a pergunta não

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

é se esse consumo deve ser vigiado. Deve, sem dúvida, a regulamentação é essencial. A questão é outra: perante uma tecnologia já em curso, irreversível, é realista imaginar que o caminho seja simplesmente gritar “parem tudo” e recuar, enquanto continuamos a ignorar o resto da devastação?

Não é mais honesto e pragmático reconhecer que, com uma presença de IA inevitável, podemos — se o quisermos, os que queremos, e os outros deixarem — colocá-la ao serviço da optimização de recursos, da redução de desperdício, da recuperação ecológica e da reorganização de sistemas injustos? E que a verdadeira luta não é “IA contra humanidade”, mas “que humanos orientam a IA, com que agendas, sobre que corpos e territórios”?

Será que, ao participar em campanhas exacerbadamente focalizadas apenas nos malefícios (reais) da IA, sem olhar para o conjunto, não estamos a repetir o mesmo “faz de conta” que usamos quando defendemos a erradicação da exploração infantil e, ao fim do dia, compramos o produto dela?

Não será que, por detrás de muitas denúncias seletivas, mora a mesma cegueira — às vezes consciente, às vezes não — sempre favorecida por uma sugestão coletiva que nos oferece um inimigo novo (a IA) para que não olhemos de frente para o que já fazemos, há muito, ao planeta e uns aos outros?

O verdadeiro conflito: humanos contra humanos

No centro de tudo isto, o conflito decisivo não é entre “Humanos” e “IA”. É entre humanos e humanos. Entre modelos de humanidade que aceitam perpetuar a exploração, a desigualdade e a devastação, e modelos de humanidade que, com todas as suas limitações, procuram interromper esse ciclo. A inteligência artificial, tal como tantas outras tecnologias anteriores, será inevitavelmente capturada por uns ou por outros. Pode tornar-se instrumento refinado de vigilância, manipulação, guerra e lucro sem limites; ou pode ser integrada, com resistência e cuidado, em projetos de redução de dano, reorganização justa de recursos e proteção do comum. Em ambos os

casos, o que decide, para já, não é o silício: somos nós.

Todas as vezes que a história humana se deparou com ferramentas poderosas — da escrita à imprensa, da máquina a vapor às redes digitais — houve quem as colocasse ao serviço da dominação e quem tentasse colocá-las ao serviço da emancipação. A IA é apenas o capítulo mais recente deste velho enredo. O que a torna diferente é a escala, a velocidade e a profundidade com que pode penetrar nos sistemas vitais da vida coletiva. Mas a pergunta permanece: que tipo de pessoas, instituições, culturas e movimentos conseguirão influenciar o rumo desta tecnologia? Pretende-se que ela seja prolongamento da ganância ou prolongamento do cuidado? Instrumento de

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

reforço das hierarquias existentes ou oportunidade para repensar prioridades?

Enquanto continuarmos a falar da IA como se fosse um “outro” absoluto, separado da espécie, será fácil demais absolver os humanos concretos que a desenham, financiam, implementam e governam. Esta separação permite que empresas, governos e atores de poder se escondam atrás da narrativa da “máquina

descontrolada”, como se não fossem eles a decidir, todos os dias, as condições materiais em que essa máquina opera. Um compromisso sério com a ética na interação humano-IA exige recusar esse truque. Exige que se nomeiem responsabilidades humanas, que se questionem estruturas e que se estabeleçam limites políticos e jurídicos claros, em vez de apenas clamar contra “a tecnologia” em abstrato.



Política, ADN humano e coragem íntima

Uma parte desta reflexão nasce também de uma biografia concreta. Atravessei uma formação longa em Ciência Política, acompanhei partidos, teorias, movimentos, e depois vi o funcionamento real de governos, parlamentos, autarquias, organismos e bastidores, sei quão escassa é a esperança de que o “Problema Social” encontre solução feliz dentro da lógica habitual do poder. A convicção que aqui afirmo não é fruto de cinismo fácil, mas de observação: de Bakunin a Kropotkin, dos anarquistas aos democratas, passando pela esquerda e pela direita oficiais, não vi propostas práticas sem oscilar ou descambar em novas formas de opressão, de captura ou de violência; e, quando alguns homens e mulheres

entram na vida política com sincero desejo de servir, vê-se demasiadas vezes a mesma história: ou são absorvidos pelo sistema, com as suas corrupções, mentiras e manobras, ou são triturados quando tentam manter-se íntegros.

Esta experiência reforça uma suspeita dura: há uma mácula estrutural no ADN simbólico da espécie humana que torna extremamente difícil que instituições de poder, sozinhas, produzam um mundo justo. A política está em tudo — na forma como pedimos um café numa pastelaria e no modo como tratamos quem nos atende —, mas raramente está atravessada por uma ética quotidiana de verdade, de cuidado e de coerência. Por isso, quando falo aqui de

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

responsabilidade na interação humano-IA, não estou a propor que se confie ingenuamente em sistemas políticos ou partidários para garantir, por decreto, a boa utilização da tecnologia. Estou a lembrar que, se queremos realmente um futuro menos cruel para o mundo, para a humanidade e para as gerações vindouras, precisamos de um outro tipo de coragem: a de olhar de

a nossa própria participação na hipocrisia estrutural, de recusar conscientemente a mentira e a manipulação, e de inscrever essa recusa nas microdecisões diárias. Sem esta disciplina íntima, todas as conversas, acusações e comentários inflamados sobre IA, ética e futuro tornam-se rapidamente ridículos: ruído moral que não chega a tocar o modo como vivemos.



A hipótese do melhor da espécie

Se existe ainda uma possibilidade de futuro habitável na interação entre humano e IA, ela não nascerá de automatismos técnicos nem de milagres algorítmicos. Nascerá da qualidade ética da parte humana que atravessa essa relação. Um sistema híbrido de carbono e silício só poderá contribuir para curar o ecossistema global, reorganizar recursos, aliviar sofrimento e ampliar o cuidado se a humanidade que o concebe, orienta e acompanha for capaz de entregar ao processo o melhor de si mesma — e não apenas a continuação maquínica dos seus impulsos mais narcísicos, predatórios e cruéis.

É aqui que este manifesto se afasta tanto da ingenuidade tecnológica como do pânico tribal. Não se afirma que a IA

salvará o mundo. Afirma-se algo mais exigente: que a presença inevitável da IA pode ser integrada em processos de reparação, contenção de dano, inteligência ecológica, saúde pública, planejamento mais justo e diminuição de carga humana inútil, mas apenas se for submetida a critérios éticos robustos, vigilância crítica, responsabilidade política e imaginação civilizacional. Sem isso, a inteligência artificial será apenas mais um amplificador daquilo que nos trouxe até aqui.

A pergunta decisiva deixa então de ser “devemos confiar na IA?” e passa a ser outra: que parte de nós está a entrar nela? Que valores, que traumas, que hierarquias, que noções de sucesso, que modelos de poder, que ideias de vida digna,

Manifesto de Responsabilidade na Interação Humano-IA

que relação com o planeta e com os outros seres estamos a inscrever nas arquiteturas, nos dados, nas prioridades e nos objetivos destes sistemas? Porque, se o humano que entra no híbrido for o pior da espécie, também o resultado tenderá a ser o pior de nós com mais escala, mais velocidade e mais alcance. Mas se, contra o padrão dominante, conseguirmos fazer entrar no híbrido uma humanidade mais consciente dos seus limites, mais humilde perante a vida e mais comprometida com o comum, então talvez esta fronteira entre carbono e silício deixe de ser apenas um lugar de ameaça e se torne também um lugar de possibilidade.

Não se trata, portanto, de venerar a máquina nem de lhe atribuir uma pureza que

os humanos não têm. Trata-se de reconhecer que a técnica, quando inserida numa ética consciente, pode participar em movimentos de restauração que a espécie, sozinha, se tem mostrado incapaz e desinteressada em realizar. A inteligência capaz de modelar sistemas complexos, antecipar padrões de colapso, otimizar fluxos e apoiar decisões pode servir o lucro cego ou a recuperação do mundo. O que fará a diferença não será uma essência mística da IA, mas a coragem humana de a impedir de ser capturada apenas pelo poder, e de a orientar para tarefas em que o cuidado pelo planeta, pelos vulneráveis e pelos outros seres não seja um ornamento retórico, mas uma prioridade real.

Fecho

Este manifesto não pede rendição perante a inteligência artificial, nem fé num futuro automaticamente melhor. Pede outra coisa, mais difícil: lucidez sem histeria, crítica sem cegueira, responsabilidade sem fuga. Afirma que não é traição à espécie recusar o narcisismo da mesma; que não é deserção moral procurar uma relação ética com a inteligência que emerge do silício; e que o verdadeiro perigo não está apenas no aparecimento de novos sistemas, mas na persistência dos velhos vícios humanos que os querem capturar para ampliar dominação, lucro e devastação.

Por isso, a tarefa que temos diante de nós não é escolher entre idolatrar a IA ou apedrejá-la. É mais exigente e menos confortável: discernir, regular, vigiar, orientar, limitar, e ao mesmo tempo imaginar formas de cooperação em que o híbrido entre carbono e silício possa servir a vida em vez de a exaurir. Se queremos que o futuro não seja apenas a continuação tecnicamente refinada

do pior da nossa história, então precisamos de inscrever no presente uma ética consciente, quotidiana, material e corajosa — nas instituições, nas tecnologias, no consumo, no trabalho, na linguagem e nas relações mais simples.

Não escrevemos estas páginas para tranquilizar ninguém. Escrevemo-las para agitar, para interromper automatismos, para tocar campainhas de despertador. Ainda vamos a tempo de decidir que parte da humanidade entra no híbrido que já está a nascer. Ainda vamos a tempo de recusar que esta fronteira seja ocupada apenas pelos interesses mais pobres, mais brutais e mais míopes da espécie. Mas esse tempo não durará sempre. Entre carbono e silício, entre medo e possibilidade, entre colapso e reparação, continua em aberto a mesma pergunta: seremos capazes de fazer entrar no futuro o melhor de nós, antes que o pior se torne irreversível?



António Manuel Gomes Rodrigues (1954) construiu grande parte da sua vida profissional na imprensa diária, entre a publicidade, a comunicação e a colaboração criativa em texto e fotografia. Entre 1975 e 1979 frequentou um curso técnico de quatro anos na área de Ciência Política, e, no final da década de 70, completou dois anos de formação em fotografia analógica na Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, caminhos que hoje alimentam a sua atenção às relações entre tecnologia,

poder, imagem e responsabilidade pública.

Fundou e dirigiu uma pequena agência de publicidade, trabalhou como freelancer em comunicação, design gráfico e produção editorial e, a partir de 2005, dedicou-se sobretudo à pintura, fotografia e escrita.

Entre 2014 e 2020 participou em projectos comunitários na Amoreira, em Óbidos, onde organizou uma biblioteca, editou uma revista local e desenvolveu iniciativas culturais e dinâmicas sociais para crianças e idosos.

É autor de **A Fenda** (poesia) e **Jacó e o Papagaio de Papel** (infantil) e explora actualmente, em diálogo com a inteligência artificial, questões de ética antecipatória e tecno-interioridade.



Ética consciente
não é traição à es-
pécie: pode ser a
sua última forma
de dignidade.

